

O Futuro que Queremos?: Uma análise da representação da mulher no relatório final da RIO+20

Resumo

Este artigo buscou responder a seguinte pergunta: como a mulher está representada no discurso da Organização das Nações Unidas na Conferência Rio+20? Para esta compreensão recorreremos à Análise Crítica do Discurso e por meio da desconstrução do documento final da Rio+20, intitulado *The Future we Want*, especificamente o capítulo *Gender equality and the empowerment of women*, buscamos verificar qual o discurso desta organização sobre o papel das mulheres para o desenvolvimento sustentável. A análise do relatório evidenciou, pelo menos, duas questões centrais sobre a representação da mulher: (1) a mulher é o “outro” e (2) a mulher é representada como um ator social passivo.

Palavras-chave: Mulher, Análise Crítica do Discurso, Organização das Nações Unidas, Rio+20

Abstract

This article aimed at answering the following question: how are women represented in the United Nation discourse? Based on Critical Discourse Analysis framework and through the deconstruction of the outcome document of Rio +20, entitled *The Future we Want*, specifically chapter *Gender equality and the empowerment of women*, we attempted to find what the discourse of this organization on the role of women for sustainable development. The report analysis revealed at least two central questions about the representation of women: (1) the woman is the "other" and (2) the woman is represented as a passive social actor.

Keywords: Woman, Critical Discourse Analysis, United Nations, Rio+20

JEL Classification: J16 - Economics of Gender

Introdução

O papel das instituições na construção de identidade dos indivíduos é de suma relevância no que diz respeito à determinação de categorias socioculturais em nossa sociedade tais como idade, classe, gênero e etnia. A autoridade institucional, seja como uma forma organizacional ou como a solidificação de um comportamento social, é capaz constituir, transmitir e moldar as ordens de gênero (ECKERT & MCCONNELL-GINET, 2003). Neste

sentido, o discurso das organizações participa da definição e legitimação de determinadas estruturas sociais.

A Organização das Nações Unidas (ONU), respaldada pelo propósito de zelar pela paz mundial, goza de prestígio e seu discurso tem alcance em muitos países ao redor do mundo. Esta organização tem promovido e participado da discussão de temas diversos colaborando, assim, para a consolidação de posicionamentos ideológicos, conforme apontam estudos como o de Melo, Salles e van Bellen (2012)

Um dos eventos mais recentes promovido pela ONU foi a conferência mundial sobre o desenvolvimento sustentável, conhecida como Rio +20. O objetivo desta conferência, conforme declarado pela própria organização, foi, além de renovar um comprometimento político para o desenvolvimento sustentável, avaliar os resultados conquistados a partir dos principais encontros já promovidos pela ONU bem como debater sobre novos desafios (<http://www.un.org/en/sustainablefuture/>, recuperado em 16, agosto, 2012).

Ao fim do evento, que reuniu mais de uma centena de Chefes de Estado e Governo e mobilizou uma expressiva parcela da sociedade civil, a Conferência gerou como principal produto um relatório final o qual expressa o compromisso para o desenvolvimento sustentável assumido pelos 188 Estados-Membros presentes. A primeira versão deste documento (*Zero Draft*) já havia sido divulgada no início do ano de 2012 pela ONU e sofreu inúmeras intervenções até sua versão definitiva. O relatório final, intitulado *The Future we Want* (2012), está organizado em 283 parágrafos sobre diversos temas relevantes para o desenvolvimento sustentável. Dentre os temas, a igualdade entre os gêneros e o empoderamento da mulher aparece como um dos assuntos de destaque. Cabe enfatizar que este não é um assunto novo nas discussões da ONU. Entre os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, um conjunto de oito objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo elaborado pela ONU em 2000, figura a meta de promoção da igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.

Estudos apontam que as identidades de gênero são socialmente construídas, ou seja, a definição de gênero não é apenas determinada pelo aspecto biológico masculino e feminino, mas sim pelos comportamentos idealizados pela sociedade (Cranny-Francis et al., 2003). De acordo com Figueiredo (2005), pesquisas em gênero e discurso têm mostrado que, apesar de formas explícitas de discriminação terem diminuído nos últimos anos, a desigualdade entre homens e mulheres ainda estão presentes em nossa sociedade. Levando em consideração estudos fundamentados na análise crítica do discurso (ACD) e gênero social, Heberle (2000) afirma que a linguagem produz e reproduz a realidade em que estamos inseridos e, desta

forma, a construção de gênero e identidade podem ser identificadas ao se analisar as escolhas léxico-gramaticais (escolhas de vocabulário e de gramática) de um determinado texto. Estudos sobre linguagem e gênero, como o de Heberle (2000), procuram averiguar como diferentes discursos na sociedade contemporânea representam a mulher e como a ACD pode contribuir para a discussão sobre discursos sexistas, relações de poder e/ou exclusão social.

Frente estas considerações, este artigo buscou responder a seguinte pergunta: como a mulher está representada no discurso da ONU/ Rio +20? Para esta compreensão recorreremos à Análise Crítica do Discurso e, por meio da desconstrução do documento final da Rio+20, buscamos verificar qual o discurso desta organização sobre o papel das mulheres para o desenvolvimento sustentável.

Estudos de Linguagem e Gênero

O termo gênero adotado por este trabalho é definido por ser uma categoria sociologicamente construída, diferentemente da identificação biológica masculina/feminina (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2003). Tal categoria articula com outras categorias sociais, sendo elas, por exemplo, etnia, classe social e ocupação; desta maneira, gênero está presente nas interações sociais, ou seja, “enquanto participantes em comunidades específicas, estamos constantemente, em nossas interações sociais, negociando normas, formas de agir e discursos que definem o gênero” (HEBERLE, OSTEMANN, FIGUEREDO, 2006, p.9). Não obstante, compreende-se que a linguagem tem o papel de suma importância na construção de identidades, uma vez que o mundo e os sujeitos são constituídos na linguagem usada no nosso dia-a-dia (HEBERLE, 2000).

Desta forma, pesquisas recentes na área de linguística integrada aos estudos de gênero, tem investigado como os papéis sociais promovem e preservam identidades de gênero. Tais estudos têm mostrado a predominância de discursos nas sociedades ocidentais nos quais assumem uma divisão binária de gênero como opostas, sendo uma superior a outra; tais comunidades definem o gênero masculino como o lado superior, promovendo a desigualdade entre os sexos em vários âmbitos na sociedade (CRANNY-FRANCIS *et al*, 2003; WODAK, 1997)

De acordo com Cameron (1990), a linguagem é um meio de demonstrar valores culturais de uma determinada sociedade, e as representações de mundo relacionadas à questão de gênero ainda são frequentemente vistas sob um olhar masculino nas quais possuem padrões estereotipados da mulher. Desta forma, a linguagem serve como um elemento no qual transmite ideias e suposições nos quais enfatizam determinados conceitos e assim tornando-os

naturalizados. Tal processo não é simplório, tendo em vista que a linguagem sexista “é conceituada como um fenômeno multifacetado ocorrente em inúmeros sistemas de representação bastante complexos, com todos seus lugares em tradições históricas” (CAMERON, 1990, p. 14, tradução nossa).

Segundo Figueiredo (2005), os estudos feministas têm mostrado uma diversidade de objetos de estudo, assim como uma diversidade de teorias e métodos para análise, apontando “uma variedade de condições sociais das mulheres” (p.441). A autora também aponta que novos estudos de gênero têm levantado novas questões, não somente direcionadas à feminilidade, mas questões de representação da feminilidade e masculinidade também estão sendo explorados. Além disso, Heberle (2000) aponta a importância de estudos de linguagem e gênero para formação de leitores críticos em nossa sociedade, uma vez que o gênero tem um papel significativo em nossas vidas, assim como outras variantes sociais. Tal formação dar-se-ia através da habilidade do leitor de reconhecer elementos linguísticos que promovem a discriminação e constroem representações, tendo em mente que o discurso sofre uma recontextualização da realidade em que está sendo representada (HEBERLE, 2000). Cameron (1990) afirma que as representações que têm sido historicamente construídas são passivas de serem desconstruídas e reconstruídas. Desta forma, uma visão crítica e a consciência da existência de discursos que promovem a desigualdade de oportunidade entre os gêneros podem contribuir para a erradicação da discriminação e promoção da igualdade entre os indivíduos.

Análise Crítica do Discurso: aspectos teóricos

A ACD, como abordagem da Teoria Social do Discurso desenvolvida por Norman Fairclough, fundamenta-se no pressuposto de que a linguagem é parte irreduzível da vida social relacionada dialeticamente a outros elementos sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Para o autor, a vida social é uma rede interconectada de diferentes práticas sociais (ensino nas salas de aula, notícias na TV, refeições em família, consultas médicas etc.) as quais são resultantes de processos de articulação entre diversos elementos sociais (atividades, sujeitos, relações sociais, discurso) em uma configuração relativamente estável, a qual sempre inclui o discurso. Dessa maneira, na ACD, o termo discurso indica uma visão particular da linguagem em uso, ou seja, o **discurso** é uma prática social que, articulada na linguagem, representa e significa o mundo, constituindo-o e construindo-o em significados.

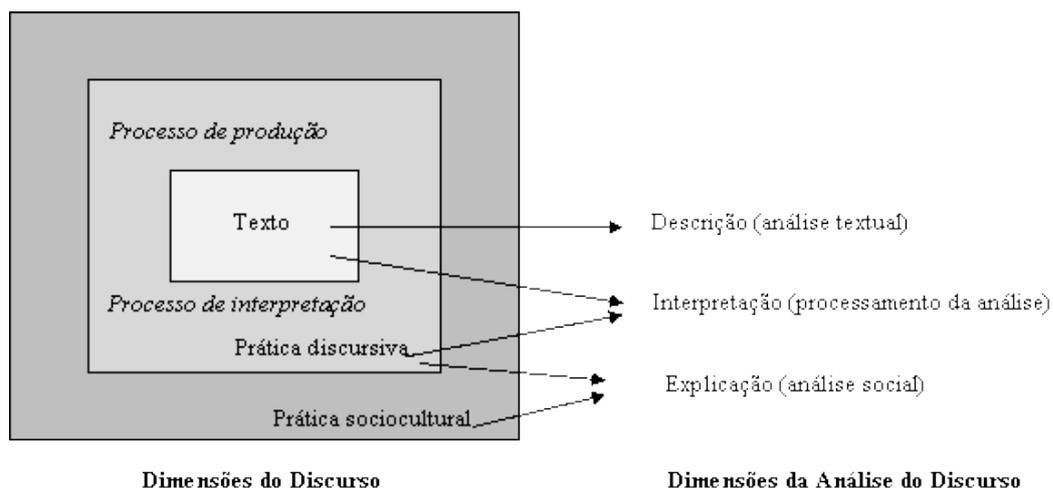
Esta perspectiva do discurso tem algumas implicações. Primeiramente, isto significa que a linguagem não é uma atividade puramente individual, mas que os indivíduos realizam ações por meio da linguagem, ou seja, através da linguagem as pessoas agem sobre o mundo,

e sobre as outras. Segundo, existe uma relação bidirecional entre discurso e estrutura social, o que faz com que alguns discursos sejam aceitos em determinados contextos e rejeitados em outros, por exemplo. Por fim, na ACD devem ser considerados também os recursos sociocognitivos dos indivíduos que produzem e interpretam os textos. Não são apenas os recursos cognitivos dos indivíduos que atuam na elaboração ou apreensão de textos, mas, sobretudo os sociocognitivos. Isto é, os textos são perpassados por aspectos ideológicos já que, para ACD, “os discursos moldam a maneira como os indivíduos usam seus recursos cognitivos e os textos significam aquilo que os discursos ‘permitem’ que signifiquem” (MEURER, 2005, p. 89). Isto não quer dizer que os indivíduos são sempre sujeitados pelo discurso, pelo contrário, para Fairclough (2001, 2003), através dos textos os indivíduos têm a possibilidade de construir realidades sociais que, no entanto, podem se tornar socialmente naturalizadas.

A proposta central da ACD é expor as ideologias subjacentes ao discurso a fim de conscientizar as pessoas de que nem tudo que é senso comum é natural, mas sim naturalizado por tradições e convenções sociais que, normalmente, perpetuam relações assimétricas de poder. Dessa forma, quando as práticas discursivas são percebidas como construções sociais podem ser questionadas e perder sua força de sustentar práticas sociais que servem de suporte à estruturas de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, 2003).

Cabe destacar que apesar do interesse particular da ACD pela função social exercida pela linguagem os aspectos formais da língua têm fundamental importância, o que caracteriza a ACD como uma Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Assim, um processo central na ACD é relacionar textos e prática social já que parte-se do pressuposto que os textos guardam vestígios das rotinas sociais (MEURER, 2005). Conforme atesta Halliday (1978) uma análise de discurso sem evidências textuais é apenas um comentário sobre um texto ou um conjunto de convenções não linguísticas. Desta forma, na proposta teórico-metodológica de Fairclough (2001), a ACD se realiza em três dimensões: textual, discursiva e social, conforme ilustrado na Figura 1. Conforme o autor, a prática textual guarda um poder de descrição, a prática discursiva de interpretação enquanto é na análise da prática social que está contido o domínio explicativo do fenômeno em análise.

Figura 1 Dimensões do discurso e da análise do discurso



Fonte: Adaptado de Fairclough, N., Fairclough (2010). *Critical Discourse Analysis* (p.133). London: Longman Applied Linguistics

Embora o texto seja um material central nas análises, na ACD o foco é o discurso, que está relacionado a um conjunto de princípios, valores e significados que estão *por trás* do texto, o que implica que todo discurso é investido de ideologias (MEURER, 2005). Para Caldas Coulthard (2008, p.31) “sempre que interagimos, assumimos um ponto de vista ou perspectiva especial sobre o que quer que queiramos comunicar. Esta perspectiva sinaliza nossa visão de mundo e conseqüentemente nossas ideologias”. Dessa forma, na ACD parte-se do princípio que por meio da linguagem agimos, expressamos nossa visão de mundo e nos posicionamos enquanto indivíduos. Essas múltiplas funções exercidas pela linguagem derivam da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday, teoria que empresta grande poder explicativo à ACD. Recontextualizando Halliday, Fairclough (2003) propõe que todo texto possui simultaneamente de três significados: acional, representacional e identificacional (ver Tabela 1).

Tabela 1: **Significados da linguagem**

Significados da linguagem	
Acional	O significado acional focaliza o texto como modo de (inter) ação em eventos sociais, legitimando ou questionando as relações sociais.
Representacional	O significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo em textos
Identificacional	O significado identificacional refere-se à construção e à negociação de identidades no texto

Fonte: adaptado de Fairclough, N., Fairclough (2003). *Analyzing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.

Apesar da necessidade de analisar o evento discursivo em suas três dimensões (textual, discursiva e sociocultural) o mesmo não se aplica aos significados realizados pela linguagem (acional, representacional e identificacional) podendo-se, para fins de análise, abordar o discurso a partir de uma perspectiva de interesse específica.

Percurso metodológico

O relatório final da Rio+20, objeto da nossa análise, foi produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU é uma organização internacional que, em 1945, no período pós-segunda guerra mundial foi formada por 50 países, voluntariamente engajados, para tratar da paz e do desenvolvimento mundial e que, atualmente, possui 193 países membros (<http://www.onu-brasil.org.br/>, recuperado em 10, agosto, 2012). Apesar de seu limitado poder efetivo de ação, esta organização parece desfrutar de um poder simbólico quando considerada a força de seu discurso.

O documento em análise, intitulado *The Future we Want*, após sucessivas revisões, foi assinado por 188 Chefes de Estado. Neste sentido, o seu conteúdo é chancelado por uma expressiva parcela de nações e, portanto, a forma como a mulher é representada neste documento pode ser bastante revelador de uma visão hegemônica. Num movimento dialético (Fairclough, 2003), o discurso de diversas nações *atravessa* o documento produzido pela ONU ao mesmo tempo em que esta organização contribui para a formação dos discursos nacionais. Frente à proposta deste trabalho a ACD aparece como uma importante alternativa metodológica.

Neste artigo a análise crítica do discurso foi realizada na dimensão **representacional** (cf. Tabela 1), uma vez que o propósito central da nossa pesquisa foi revelar como a mulher está representada no relatório final da Rio+20 produzido pela ONU. Para desvendar os significados representacionais contidos no discurso, Fairclough (2003) indica que a análise do vocabulário fornece uma rica evidência já que as escolhas lexicais para compor um texto são feitas de modo que uma ideia/representação específica de mundo possa ser transmitida. Neste sentido, importa identificar sinônimos, hipônimos, metáfora entre outros aspectos gramaticais que utilizamos na linguagem para expressar determinado ponto de vista, que por sua vez, revela nossa ideologia acerca de um determinado fenômeno.

Dentro desta abordagem, a Gramática Sistêmica Funcional proposta por Halliday (1978, 2004) pode ser usada como uma ferramenta na análise textual a fim de revelar as escolhas linguísticas de um determinado texto. O sistema de transitividade releva as escolhas

linguísticas que demonstram como a representação de mundo foi construída em determinado texto, sendo eles relacionados ao mundo externo (eventos) e o mundo interno, incluídos sentimentos e pensamentos, por exemplo. A transitividade também é um importante recurso para se entender as representações, pois nos permite identificar nos textos os agentes das ações, as ações e as circunstâncias. Desse modo, a transitividade sinaliza nas orações as associações entre o que é realizado (processos) e os papéis atribuídos aos envolvidos (participantes), além das circunstâncias de tempo, modo, lugar, etc. (EGGINS, 1994). Visto a possibilidade de se analisar o discurso em uma das três dimensões sugeridas por Fairclough (2003), este trabalho adotou o sistema de transitividade como uma ferramenta de análise, ligada à dimensão representacional.

As nominalizações também são incluídas como uma importante categoria para análise da dimensão representacional. Segundo Fairclough (2003), a nominalização é um processo no qual transforma orações em um grupo nominal ou um tipo de substantivo. Em relação a este recurso, quando há um processo de nominalização em representações, pode-se ocultar o agente, causando generalização, assim como abstração de processos, e, portanto, eliminando ações de agentes. Igualmente, a questão de responsabilidade também é omitida, uma vez que não existe um ator envolvido em algum tipo de ação (FAIRCLOUGH, 2003).

A partir dos resultados da análise textual, algumas questões propostas por Fairclough (2003) contribuíram para revelar o tipo de discurso e as representações dos eventos sociais presentes no texto analisado:

1. Quais elementos dos eventos sociais representados estão incluídos e excluídos, e quais elementos inclusos são os mais salientes?
2. Os eventos sociais estão representados abstratamente ou concretamente?
3. Como os processos estão representados? Quais são os tipos de processos predominantes. (material, mental, verbal, relacional, existencial)?
4. Existem instâncias de metáfora gramatical na representação dos processos?
5. Como os atores sociais estão representados (ativo/passivo, pessoal/impessoal, nomeado/classificado, específico/genérico)?

Neste artigo, concentramos nossa análise no uso dos pronomes, nominalizações e transitividade, procurando responder as perguntas dois, três e cinco.

Definição do *Corpus*

Em junho de 2012, ocorreu no estado do Rio de Janeiro (Brasil), a Conferência

Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio +20. O objetivo desta conferência foi, além de renovar um comprometimento político para o desenvolvimento sustentável, avaliar os resultados conquistados a partir dos principais encontros já promovidos pela ONU e debater sobre os novos desafios para sustentabilidade. A Rio+20 é considerado o maior evento realizado recentemente pela ONU. Dessa maneira, houve uma repercussão mundial dos debates ocorridos na Conferência e as discussões ali produzidas são reveladoras de uma ideologia contemporânea desta organização. Neste sentido, como nosso interesse é analisar a representação da mulher nas discussões atuais da ONU, o relatório final da Conferência foi selecionado para o nosso estudo.

O documento *The Future we Want*, foi publicado nas seis línguas oficiais da ONU: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol. O documento em inglês, versão analisada, está organizado em 53 páginas e seis seções (*I – Our common vision; II - Renewing political commitment; III - Green economy in the context of sustainable development and poverty eradication; IV - Institutional framework for sustainable development; V - Framework for action and follow-up; e VI - Means of implementation*). Na seção 5 estão reunidos 26 tópicos, considerados os principais temas para o desenvolvimento sustentável. O último tópico, *Gender equality and the empowerment of women*, é a parte do documento que aborda especificamente a questão de igualdade de gênero e mulher. Interessante notar que os temas não estão organizados por ordem alfabética, mas por outra lógica não expressa no documento. Neste sentido, o tema *Gender equality and the empowerment of women*, embora incluído no documento, é o último a ser abordado. Erradicação da pobreza, por exemplo, é o primeiro tema da lista. Esta temática, dada a sua inquestionável relevância, parece sugerir uma ordenação dos temas por importância.

O nosso *corpus* de análise são os nove parágrafos do texto que compõe a subseção *Gender equality and the empowerment of women*, conforme retratado na Figura 2. No documento original, cada parágrafo do relatório é sinalizado com um número sequencial o qual foi mantido no texto retratado na Figura 2 para facilitar possíveis consultas posteriores.

Figura 2: Corpus de análise

Gender equality and the empowerment of women

236. We reaffirm the vital role of women and the need for their full and equal participation and leadership in all areas of sustainable development, and decide to accelerate the implementation of our respective commitments in this regard as contained in the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, as well as Agenda 21, the Beijing Declaration and Platform for Action and the United Nations Millennium Declaration.

237. We recognize that, although progress on gender equality has been made in some areas, the potential of women to engage in, contribute to and benefit from sustainable development as leaders, participants and agents

of change has not been fully realized, owing to, inter alia, persistent social, economic and political inequalities. We support prioritizing measures to promote gender equality and the empowerment of women in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels, and we emphasize the impact of setting specific targets and implementing temporary measures, as appropriate, for substantially increasing the number of women in leadership positions, with the aim of achieving gender parity.

238. We resolve to unlock the potential of women as drivers of sustainable development, including through the repeal of discriminatory laws and the removal of formal barriers, ensuring equal access to justice and legal support, the reform of institutions to ensure competence and capacity for gender mainstreaming and the development and adoption of innovative and special approaches to address informal, harmful practices that act as barriers to gender equality. In this regard, we commit to creating an enabling environment for improving the situation of women and girls everywhere, particularly in rural areas and local communities and among indigenous peoples and ethnic minorities.

239. We commit to actively promote the collection, analysis and use of gender-sensitive indicators and sex-disaggregated data in policy, programme design and monitoring frameworks, in accordance with national circumstances and capacities, in order to deliver on the promise of sustainable development for all.

240. We are committed to equal rights and opportunities for women in political and economic decision-making and resource allocation and to removing any barriers that prevent women from being full participants in the economy. We resolve to undertake legislative and administrative reforms to give women equal rights with men to economic resources, including access to ownership and control over land and other forms of property, credit, inheritance, natural resources and appropriate new technology.

241. We are committed to promote the equal access of women and girls to education, basic services, economic opportunities and health-care services, including addressing women's sexual and reproductive health, and ensuring universal access to safe, effective, affordable and acceptable modern methods of family planning. In this regard, we reaffirm our commitment to implement the Programme of Action of the International Conference on Population and Development and the key actions for the further implementation of that Programme of Action.

242. We recognize that gender equality and the effective participation of women are important for effective action on all aspects of sustainable development.

243. We support the work of the United Nations system in promoting and achieving gender equality and the empowerment of women in all aspects of life, including with respect to the linkages between gender equality and the empowerment of women and the promotion of sustainable development. We support the work of UN-Women in leading, coordinating and promoting the accountability of the United Nations system in this regard.

244. We invite donors and international organizations, including the United Nations system organizations, as well as the international financial institutions, regional banks and major groups, including the private sector, to integrate fully commitments and considerations on gender equality and the empowerment of women and to ensure the participation of women and effective gender mainstreaming in their decision-making and full programming cycle. We invite them to play a supportive role in the efforts of developing countries to integrate fully commitments and considerations on gender equality and the empowerment of women and ensure the participation of women and effective gender mainstreaming in their decision making, programme planning, budgeting and implementation, in accordance with national legislation, priorities and capacities.

Fonte: United Nations (2012). **The Future we Want** (pp.44-46). Rio de Janeiro.

A análise do referido relatório evidenciou, pelo menos, duas questões centrais sobre a representação da mulher no discurso da ONU: (1) a mulher é o “outro” e (2) a mulher é representada como um ator social passivo. A seguir discutiremos esses achados.

Análise e Discussão

Segundo Fairclough, uma forma para se discutir atores sociais é a abordagem proposta por van Leeuwen (1997; 2005), para quem os atores sociais podem ser representados de diversos modos num discurso. Além das categorias gramaticais para investigação da representação, como a transitividade, o autor sugere elementos de análise sócio-semânticos.

Conforme sua explicação

a agência, por exemplo, enquanto conceito sociológico, revela-se da maior importância clássica na análise crítica do discurso: quais os atores sociais e em que contextos estão eles representados como ‘agentes’ e como ‘pacientes’? mas a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística, pelo papel gramatical do ‘agente’, e pode também ser realizada de muitos outros modos, por exemplo, através de pronomes possessivos [...], ou através de um sintagma preposicional [...] (VAN LEEUWEN, 1997, p. 169)

Neste sentido, a partir da exploração de pronomes possessivos utilizados no *corpus*, a mulher está representada como o “outro”, conforme ilustrado nos trechos a seguir:

“We reaffirm the vital role of women and the need for their full and equal participation and leadership in all areas of sustainable development, and decide to accelerate the implementation of our respective commitments [...]”

“We support prioritizing measures to promote gender equality and the empowerment of women in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels [...]”,

Essa forma de representação da mulher, “o outro”, se insere dentro das preocupações das teorias feministas pós-estruturalistas, as quais concentram seus argumentos no relacionamento entre linguagem e “ser mulher” (CALÁS e SMIRCICH, 1999).

Nota-se que o uso repetido do pronome *we* e também do pronome *their* excluem a mulher do discurso institucional da ONU, e, portanto, aponta para um *corpus* ideologicamente masculino, contribuindo para reforçar a posição hegemônica do homem. Com isso, corroboramos um pressuposto que perpassa as teorias feministas, conforme apontado por Calás e Smircich (1999). Segundo essas autoras, as correntes teóricas feministas reconhecem a dominação masculina nos arranjos sociais e resistem a essa hegemonia configurando-se numa luta política.

Fairclough (2003) afirma que a representação dos atores sociais pode ser dada certas variações como, por exemplo, a inclusão e exclusão dos participantes citados. Dentro da exclusão, pode-se verificar a supressão deste participante, no qual não é citado, ou ele é posto em segundo plano, isto é, ele é mencionado algumas vezes ao longo do texto. Ao analisar as passagens em que a mulher foi citada, foi visto que no *corpus* de 684 palavras, o substantivo mulher aparece apenas dezoito vezes, sendo que nestas inserções ela figura como um ator passivo dos processos na qual está envolvida. Através da análise do sistema de transitividade, não há no texto, nenhum processo no qual a mulher seja agente. Isto revela que há uma

exclusão do ator social ‘mulher’ nas ações representadas no texto, assim como sua representação é colocada em segundo plano, atribuindo a ela o papel de ator social sem voz, sendo ela somente um participante que está sendo descrito para um determinado propósito. Tendo em mente que o propósito do texto analisado é referente ao empoderamento da mulher e igualdade de gênero, é possível afirmar que este empoderamento está no controle do agente social ‘we’ que, por sua vez, está mentalmente comprometido em oferecê-la esse poder, conforme demonstrado no exemplo abaixo:

“We resolve to unlock the potential of women as drivers of sustainable development [...]”

Dentre as passagens em que a mulher foi citada, na maioria delas, ela está inserida em grupos nominais, como por exemplo, “*the vital role of women*”, “*gender equality and the empowerment of women*”, “*equal rights and opportunities for women*” e “*the equal access of women and girls to education*”. Tal fato demonstra o fenômeno denominado nominalização, um recurso muito utilizado em inúmeros discursos, no qual os agentes da ação são eliminados e o processo torna-se um substantivo. Nominalizações como essas levam à generalização de determinada prática social, diminuindo a diferença entre indivíduos e eliminando responsabilidade dos atores sociais, assim como inibindo a ação dos mesmos. Entre outras palavras, além do participante ‘women’ estar na posição passiva das ações ocorrentes nas frases, sendo citada indiretamente nessa posição, a inserção nesses grupos nominais aponta seu papel de uma forma generalizada (cf., por exemplo, o papel vital das mulheres, direitos e oportunidades iguais para mulheres).

Embora as partes em que a mulher foi citada terem as características mencionadas anteriormente, há poucas passagens na qual a mulher é representada somente pela palavra ‘women’. Em uma destas passagens, a posição da palavra ‘women’ é caracterizada por ser um participante chamado *beneficiário*, conforme o exemplo abaixo:

<i>We</i>	<i>resolve</i>	<i>to undertake</i>	<i>legislative and administrative reforms</i>	<i>to give</i>	<i>women</i>	<i>equal rights with men to economic resources,</i>
Senser	Pr: mental	Pr:material	Goal	Pr:material	Beneficiary	Goal

De fato, a mulher continua com o papel do agente passivo, entretanto, aqui ela toma uma posição diferente dos outros processos contidos no texto analisado; ela é o participante beneficiado do processo *to give*, isto é, a mulher é o participante na qual é dado algo de

alguém. Neste exemplo, direito igualitário é dado à mulher como resultado de uma reação mental de cognição ('resolve to') dos chefes de estado ('we'). Tal fato aponta o poder do agente 'we' e não estende somente a oposição ativa/passiva com os grupos nominais onde a mulher foi citada, mas o processo mental em que estão engajados acaba por oferecer a ela um determinado tipo de serviço.

Dentre os participantes citados no texto, o participante 'we' mostrou-se mais saliente nas frases ocorrentes, o qual representa o grupo de 188 Chefes de Estado que assinaram o Relatório Final da Rio+20 . Tal participante é o agente ativo de todos os processos, isto é, o grupo é o agente social capaz de fazer, pensar e mudar os eventos das práticas descritas no texto, conforme ilustrado com o seguinte trecho:

“We support prioritizing measures to promote gender equality and the empowerment of women in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels, and we emphasize the impact of setting specific targets and implementing temporary measures, as appropriate, for substantially increasing the number of women in leadership positions, with the aim of achieving gender parity”.

Além disso, o agente 'we' está predominantemente engajado a processos mentais, tais como: 'decide', 'resolve', 'support', 'recognize', 'commit to'. Os processos materiais presentes no texto são, por sua vez, projeções dos verbos mentais, caracterizando o discurso representado como ideias para intervenção, e não um discurso contendo tomadas de ações. Por exemplo, a frase abaixo aponta um caso de projeção de um processo mental:

We	Resolve		to unlock	the potential of women	as drivers of sustainable development,
Senser/actor	Pr:mental	Projeção	Pr:material	Goal	Circums:role

Isto significa que, em outras palavras, o participante 'we' não está envolvido diretamente ao processo material, no qual indica que existe a consciência da ação a ser tomada por este agente social, porém, ele não será o agente responsável por fazer a ação. Os demais processos que continham esse tipo de projeção demonstram a mesma imparcialidade do participante 'we' nos processos materiais.

Além dos resultados discutidos previamente, os quais consideramos os mais estreitamente relacionados ao objetivo de nossa pesquisa, outros achados secundários também são interessantes para ampliar a discussão.

O tema *gender equality and the empowerment of women* nos guiou a uma análise

sobre os sinônimos propostos no texto para *equality* (igualdade) e *empowerment* (empoderamento). Conforme Fairclough (2003), este processo nos sinaliza sinônimos estabelecidos em discursos particulares, os quais não refletem, necessariamente, os significados expressos em dicionários. Neste sentido, no discurso da ONU, *equality* e *empowerment* significa, por exemplo: “*implementation of our respective commitments*”, “*removal of barriers*”, “*setting specific targets and implementing temporary measures*”, “*repeal of discriminatory laws*”, “*creating an enabling environment*”, “*undertake legislative and administrative reforms*”. Tais significados complementam a imparcialidade do agente central do texto com relação ao tema proposto. Em outras palavras, apesar destes sinônimos ligados a empoderamento e igualdade terem significados relacionados a medidas que promoveriam a igualdade entre os gêneros, não há um agente real envolvido em qualquer tipo de ação que leve a realização dos feitos, incluindo o agente ‘we’. Como ilustração da imparcialidade do agente, segue abaixo a frase onde está incluso o sinônimo ‘removal of barriers’ e um exemplo criado a fim de mostrar como este agente poderia estar diretamente ligado a uma ação, sendo ele um possível agente de mudança.

“We support prioritizing measures to promote gender equality and the empowerment of women in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels”.

Ex: We remove all barriers to their full and equal participation in decision-making...

Considerando os achados apresentados neste trabalho, pode-se verificar a presença de um discurso de “polarização de gênero” (BING; BERGVALL, 1996) no documento analisado. Uma vez que há uma organização da vida social baseada na distinção entre o masculino e o feminino de uma forma estereotipada, a igualdade de oportunidades para ambos acaba sendo minimizada. O texto evidencia, através dos elementos linguísticos destacados no texto, que a naturalização de valores relacionados a questões de gênero sobressalta a diferença, apesar de o assunto abordado ser sobre a busca da igualdade entre gêneros. Além disso, a mulher na representação de mundo no texto é revelada como ‘o outro’ e está no papel passivo, sendo esta posição oposta ao ator masculinizado ‘we’, possuidor de uma voz que exprime suas ideias e o único agente potencial para reverter o quadro. Apesar de o texto enfatizar o tema de empoderamento da mulher e igualdade de gênero, contraditoriamente, o discurso do relatório reforça a desigualdade pelas escolhas de vocabulário e gramática utilizados.

Considerações finais

A proposta deste artigo foi discutir a representação da mulher no documento final da Rio +20, intitulado *The Future we Want*, elaborado pela ONU. Escolhemos este relatório por representar um texto recente de uma organização transnacional que reúne a assinatura de quase duas centenas de Chefes de Estado e, portanto, em certa medida, endossa a posição de diversas nações sobre o assunto. Além disso, a ONU é uma organização que desfruta de grande legitimidade e, com isso, tem forte papel na consolidação de ideologias. Conforme Eckert e McConnell-Ginet (2003) a autoridade institucional é capaz de constituir, transmitir e moldar as ordens de gênero. Neste sentido, o discurso das organizações participa da definição e legitimação de determinadas estruturas sociais.

A partir da análise crítica do referido relatório, especificamente do capítulo *Gender equality and the empowerment of women*, identificamos, pelo menos, duas questões centrais sobre a representação da mulher no discurso da ONU: (1) a mulher é o “outro” e (2) a mulher é representada como um ator social passivo.

Os achados do presente estudo são representativos de práticas sociais contra as quais diversos movimentos feministas têm batalhado: um mundo ideologicamente masculino, onde o homem assume um papel superior ao da mulher em esferas diversas da vida social. Nossos achados também corroboram pesquisas no exterior (CAMERON, 1990; MILLS, 1995; WODAK, 1997; CRANNY-FRANCIS et al, 2003; LAZAR, 2005), assim como no Brasil (HEBERLE, 1999; 2000; 2004; FIGUEIREDO, 2005; CALDAS-COULTHARD, 2008) sobre desigualdade de gênero em diferentes práticas sociais.

Apesar da inclusão do tema *Gender equality and the empowerment of women* nos debates da Rio +20, há ainda muito a ser superado para a consolidação de oportunidades igualitárias de gêneros. Embora tenha ocorrido uma declaração explícita sobre a necessidade da igualdade de gêneros e o empoderamento da mulher para o desenvolvimento sustentável, o discurso *por trás* do texto do documento sinaliza poucos avanços neste sentido. Dessa forma, ainda que a ONU tenha incluído (como o último item da lista de prioridades!) a “igualdade de gêneros e o empoderamento da mulher” como um de seus temas para o debate, enaltecendo a necessidade de políticas consistentes para eliminar as barreiras discriminatórias e assegurando o papel central das mulheres no desenvolvimento sustentável, concluímos que o texto contribui para a manutenção da posição hegemônica de um mundo masculino.

Vislumbramos nos nossos achados um paradoxo, pois o mesmo texto que tem o empoderamento da mulher como tema central a representa como um ator social passivo e, portanto, beneficiário das ações dos (H) outros. Explicitamente, os homens são citados apenas uma vez no texto, mas estão incluídos, pois são a voz ativa do texto. Portanto, questionamos:

o que é empoderamento? Como se repassa ou partilha poder com aquele que não se repassa ação e sim é objeto da ação de outro? Estando as vozes femininas excluídas desse discurso, a dominação persiste, pois coube ao homem decidir os significados e os limites de empoderamento.

Assim, as evidências textuais são desalentadoras. Neste discurso da ONU, há pouco para crer que alguma verdadeira transformação esteja em curso. A presença excessiva de processos mentais (*'decide', 'resolve', 'support', 'recognize', 'commit to'*) sugere um discurso manipulador, ou seja, promissor, porém pouco exequível.

Por fim, levando em consideração as evidências lexicogramaticais obtidas pelo sistema da transitividade, foi possível verificar o papel da mulher na sociedade sob a perspectiva das autoridades chefes de nações. Tal perspectiva aponta a mulher inserida numa situação precária em vários aspectos, sendo eles político, econômico, etc., assim como a existência da desigualdade de gênero que a impede de usufruir plenamente seus direitos. Neste sentido, tais autoridades estão reconhecendo, através dos processos mentais afirmados, as dificuldades em que as mulheres se encontram como consequência do regime da opressão de gênero e, desta forma, afirmam comprometimento para erradicar tal precariedade. Ao mesmo passo que reconhecem a opressão e condições precárias, as causas desse cenário bem como seus responsáveis são suprimidos do texto. Não há responsabilização, ao contrário, a valoração positiva que é feita às Nações dissimula a responsabilidade que estes possuem no engendramento deste contexto. A desigualdade de gêneros não é um processo natural, como um leitor desatento poderia interpretar. É um processo historicamente datado e socialmente construído com a participação e convivência dos Estados. Os mesmo que proclamam a igualdade de gêneros, foram agentes (co)responsáveis da construção de uma sociedade sexista.

Referencias bibliográficas

MELO, P. T.; SALLES, H. K.; van BELLEN, H. M. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, Sept. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300013&lng=en&nrm=iso, acessado em 27 abril 2013.

BING, J. M.; BERGVALL, V. L. **The Question of Questions: Beyond Binary Thinking**. In: BING, J. M.; BERGVALL, V. L.; FREED, A. (Eds.), *Rethinking Language and Gender Research*. New York: Longman, p. 1-30, 1996.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. **Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais**. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de estudos*

organizacionais. São Paulo: Atlas, Cap. 10, p. 275-239, 1999.

CALDAS-COULTHARD, C. R. **Cross Cultural Representation and Gendered Bodies in the Discourse of Tourism**. In: TOMITCH, L. M. B.; ABRAHAO, M. H. V.; DAGHLIAN, C.; RISTOFF, D. I. (Org.). *A Interculturalidade no Ensino de Inglês*. Florianópolis: PGI- UFSC, p. 421-438, 2005.

CALDAS-COULTHARD, C.R. **Da Análise do Discurso à Análise Crítica do Discurso**, in C.R Caldas-Coulthard; L. Cabral Desvendando Discursos: Conceitos Básicos, p. 19-44, 2008.

CAMERON, D. **Introduction: Why is language a feminist issue?** In: CAMERON, D. (ed). *The Feminist Critique of Language*. London: Routledge, p. 1-21. 1990.

CRANNY-FRANCIS, A. et al. (Ed). **Gender studies: Terms and debates**. London: Palgrave/Macmillan, 2003.

ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. **Language and gender**. New York: Cambridge University Press, 2004.

EGGINS, S. **An introduction to Systemic Functional Analysis**. 2 Ed. Continuum Editor, 2004.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 2 ed. Harlow, England; New York: Longman, 2001.

_____. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. London: Routledge, 2003.

_____. **Critical Discourse Analysis**. London: Longman Applied Linguistics, 2010.

FIGUEIREDO, D. C. Do balde à BMW: **Posicionamento de gênero num anúncio publicitário**. In: Tomitch, L.M.B. et al (Orgs.). *A interculturalidade no ensino de inglês*. Florianópolis: *PGI/UFSC e ABRAPUI*, p. 439-456, 2005.

HALLIDAY, M.A.K. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3 Ed. London: Edward Arnold, 2004.

HEBERLE, V. M. **Critical Reading: Integrating Principles of critical discourse analysis and gender studies**. In: Florianópolis: *Ilha do Desterro*, n. 38, p. 115-138, 2000.

HEBERLE, V. M. **Análise Crítica do Discurso e Estudos de Gênero: Subsídios Para a Leitura e Interpretação de Textos**. In M. Fortkamp & L. Tomieth (Eds.). **Aspectos da Linguística Aplicada: Estudos em homenagem ao Prof Hilário Inácio Bohn** Florianópolis: Insular, p. 289-316, 2000.

HEBERLE, V. M. **Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias?** In: *Linguagem em (Dis)curso*, 4(Especial), p. 85-112, 2004.

HEBERLE, V., OSTERMANN, A. C., FIGUEIREDO, D. (org). **Linguagem e Gênero: uma introdução**. In: *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 7-15, 2006.

HEBERLE, V. M. A. **Representação das experiências femininas em editoriais de revistas para mulheres**. In: *Revista Iberoamericana de Discurso & Sociedad*. Barcelona: Editorial Gedisa. v.1(3), p.73-86, 1999.

- LAZAR, M. M. (Ed.). **Feminist critical discourse analysis: Gender, power and ideology in discourse**. London: Palgrave, 2005.
- MEURER, J. L. **Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough**. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, p. 295, 2005.
- MELO, P. T.; SALLES, H. K.; van BELLEN, H. M. Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, Sept. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300013&lng=en&nrm=iso, acessado em 27 abril 2013.
- MILLS, S. **Feminist stylistics**. London: Routledge, 1995.
- UNITED NATIONS. **The Future we Want**. ONU: Rio de Janeiro, 2012.
- VAN LEEUWEN, T. **A representação dos atores sociais**. In: PEDRO, E. R. (org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa, Canunho, p.169-222, 1997.
- VAN LEEUWEN, T. **Discourse and Practice: New tools for critical discourse analysis**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2008.
- WODAK, R. **Introduction: some important issues in the research of gender and discourse**. In: WODAK, R. (Ed.). *Gender and discourse*, London: Sage, p.1-20, 1997.